



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 8 – Número 474 - 31/08 a 04/09/2026

Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- e-Social
- Outras Notícias
- Atos Normativos
- Dados estatísticos do TST

Destaque da Semana

[STF define critérios para concessão da justiça gratuita em todo o Judiciário](#)

Supremo Tribunal Federal - 03/09/2026

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que pessoas com renda mensal de até R\$ 5 mil têm direito à gratuidade de justiça sem ter de comprovar que não têm condições de cobrir as despesas do processo. Quem recebe acima desse valor também pode ter acesso ao benefício, mas deverá demonstrar a insuficiência de recursos. A decisão foi tomada nesta quinta-feira (3), no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 80.

A ação foi proposta pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif) para questionar as regras da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) sobre a gratuidade na Justiça do Trabalho. A lei passou a prever a concessão automática do benefício para quem recebe salário de até 40% do teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Acima desse limite, é necessária a comprovação da falta de recursos.

Segundo a Consif, juízes trabalhistas vêm aplicando o Código de Processo Civil (CPC) e a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e admitindo apenas a declaração de hipossuficiência econômica para obter a gratuidade. Para a entidade, esse entendimento esvazia as mudanças promovidas pela reforma e contraria a Constituição Federal, que assegura assistência jurídica integral e gratuita apenas “aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

A decisão terá efeitos apenas sobre os processos ajuizados a partir da publicação da ata desse julgamento.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[STF mantém competência do INSS para fixar teto de juros do crédito consignado](#)

Supremo Tribunal Federal - 01/09/2026

O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a validade de trecho da Lei do Crédito Consignado que dá ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) competência para fixar o limite de juros em operações de crédito consignado de aposentados, pensionistas e titulares de benefícios de prestação continuada. A decisão unânime foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7759, na sessão virtual encerrada em 28 de agosto.

[Ações originárias se tornam maioria no acervo do STF](#)

Supremo Tribunal Federal - 31/08/2026

O acervo do Supremo Tribunal Federal (STF) chegou ao fim de 2025 com uma composição inédita. Pela primeira vez, havia mais processos iniciados diretamente na Corte do que recursos provenientes de outras instâncias entre os casos que permaneciam em tramitação. A mudança ocorreu quando o estoque do Tribunal chegou a 21.062 processos, patamar inferior ao registrado há três décadas, e revela uma transformação que vai além da redução do número de casos acumulados.

[TST restabelece inclusão de empregador doméstico na “lista suja” do trabalho escravo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/09/2026

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Vieira de Mello Filho, acolheu pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) para restabelecer a inclusão do nome de um empregador doméstico de Santa Catarina no Cadastro de Empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas às de escravo, popularmente conheci-

RADAR TRABALHISTA

do como a “Lista Suja” do Trabalho Escravo. A medida cautelar reverte provisoriamente decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) que havia anulado o processo administrativo fiscal que resultou na inscrição no cadastro.

[TST e TRT da 4ª Região \(RS\) assinam acordo para nacionalização da plataforma digital LaborNexus](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/09/2026

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) assinaram, nesta sexta-feira (4), em Brasília, um protocolo de intenções para a nacionalização da plataforma digital LaborNexus. A parceria visa estender a toda a Justiça do Trabalho o uso da ferramenta que simplifica o acesso e a aplicação de diretrizes internacionais nas decisões judiciais trabalhistas.

[Assédio eleitoral no trabalho pode ocorrer de diferentes formas; saiba como identificar](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/09/2026

A liberdade de escolher em quem votar é um direito fundamental. O voto é livre e secreto, e nenhuma relação de trabalho pode limitar o direito de votar, de não revelar o voto ou de escolher livremente candidatos e posicionamentos políticos. Mas como identificar quando uma conduta no ambiente de trabalho ultrapassa os limites e se transforma em assédio eleitoral?

[DEJT tem funcionamento normalizado](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/08/2026

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) comunica que o funcionamento do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT) foi restabelecido e o serviço já está disponível para a publicação das matérias administrativas. As pautas das sessões de julgamento voltarão a ser publicadas nos Cadernos Judiciários do DEJT a partir de 14 de setembro.

RADAR TRABALHISTA

[Empresa é condenada por colher sangue de empregada sem autorização](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/09/2026

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou uma empresa a pagar R\$ 20 mil de indenização a uma trabalhadora que teve sangue coletado sem autorização durante atendimento médico após desmaiar no trabalho. Para o colegiado, a coleta sem consentimento violou a integridade física e a intimidade da trabalhadora. O processo tramita em segredo de justiça.

[Bancário chamado de “devagar, devagarinho” obtém aumento de indenização](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/09/2026

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho aumentou de R\$ 10 mil para R\$ 20 mil a indenização a ser paga pelo Banco Mercantil do Brasil a um empregado que era alvo frequente de apelidos ofensivos relacionados à sua condição de saúde. Para o colegiado, o valor fixado na instância anterior era desproporcional ao dano psicológico causado ao trabalhador, portador de LER/DORT que afetava o seu desempenho.

[TST marca audiência pública para discutir prorrogação de jornada em ambiente insalubre](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 01/09/2026

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) realizará, em 21/9, às 14h, uma audiência pública para discutir a validade de cláusulas de acordos ou convenções coletivas que autorizam o elastecimento de jornada de trabalho em locais insalubres sem a necessidade de licença prévia das autoridades competentes. A iniciativa foi determinada pelo ministro Douglas Alencar Rodrigues, relator do incidente de julgamento de recursos de revista repetitivos sobre a matéria ([Tema 149](#)), a fim de ouvir atores sociais relevantes, especialmente da categoria profissional, sobre a matéria.

RADAR TRABALHISTA

[Mantida dispensa de engenheiro que acessava sites pornográficos e assediava subordinadas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 01/09/2026

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de um engenheiro de uma empresa da administração indireta de São Paulo, acusado de assediar subordinadas e de utilizar o computador e o e-mail corporativos para compartilhar mensagens e vídeos de conteúdo pornográfico. O caso tramita em segredo de justiça.

[Declaração de advogado em audiência não justifica indenização](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 01/09/2026

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou o pedido de indenização de uma atendente de clínica médica que se sentiu ofendida por declarações feitas pelo advogado da empresa na audiência de instrução. Para o colegiado, as afirmações estão relacionadas ao direito de defesa e não ultrapassam os limites da atuação profissional

[TST vai definir tese sobre estabilidade financeira prevista em regulamento e supressão de complemento de gratificação](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 31/08/2026

O Tribunal Superior do Trabalho decidiu, em sessão nesta segunda-feira (31), encaminhar dois processos para julgamento sob a sistemática dos recursos repetitivos. A tese jurídica a ser fixada no julgamento de mérito será vinculante, ou seja, uniformizará o entendimento sobre a matéria para todas as instâncias.

[Culpa exclusiva de vendedor por acidente de trânsito afasta indenização à família](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 31/08/2026



RADAR TRABALHISTA

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou a condenação da Wurth do Brasil Peças de Fixação Ltda. ao pagamento de indenizações à família de um vendedor que morreu em acidente de trânsito em serviço. Para o colegiado, embora a atividade fosse considerada de risco, as provas apontaram que o acidente ocorreu por culpa exclusiva dele. O relator do recurso de revista da empresa, o ministro Douglas Alencar Rodrigues, reconheceu que a atividade do vendedor externo era de risco, o que, em tese, permitiria a responsabilização da empresa. Contudo, ele destacou que o laudo pericial, o relatório da Polícia Civil e o parecer do Ministério Público apontavam para a culpa exclusiva do empregado na ocorrência do acidente. As provas também não revelaram falha mecânica, defeito do veículo ou outro fator relacionado à atividade empresarial.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Executivo

[Trabalho em altura: veja o que muda nos treinamentos e nas escadas fixas verticais](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 02/09/2026

Empresas que realizam atividades com trabalho em altura devem observar novas regras previstas na Norma Regulamentadora nº 35 (NR-35). As alterações constam da [Portaria MTE nº 1.259/2026](#), publicada no Diário Oficial da União em 16 de julho de 2026. As mudanças abrangem os treinamentos previstos na norma e os critérios para utilização de escadas fixas verticais.

[Parcelamento especial do FGTS para empregadores de Juiz de Fora, Matias Barbosa e Ubá começa em setembro](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 31/08/2026

Empregadores que possuem estabelecimentos localizados nos municípios de Juiz de Fora, Matias Barbosa e Ubá, em Minas Gerais, poderão aderir, de 1º de setembro a 14 de outubro de 2026, ao parcelamento especial de débitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A medida é destinada exclusivamente aos estabelecimentos situados nesses três municípios e abrange os débitos do FGTS referentes às competências de abril a julho de 2026. Nesse período, a exigibilidade dos recolhimentos foi temporariamente suspensa pela Portaria MTE nº 777, de 4 de maio de 2026, em razão do estado de calamidade pública.

[SST em micro e pequenas empresas traz benefícios aos negócios](#)

Fundacentro - 04/09/2026

Prezar pela Segurança e Saúde no Trabalho (SST) significa mais do que apenas cumprir obrigações legais. Cada vez mais o cuidado com a saúde dos trabalhadores é considera-

RADAR TRABALHISTA

do um ativo importante das empresas e vem atrelado a diversos benefícios. Ente eles, redução de custos, melhoria da qualidade de produtos ou serviços e da competitividade, mais credibilidade à imagem da empresa. Para micro e pequenos negócios não é diferente, como mostra o curso on-line gratuito [Noções básicas de SST para pequenos negócios](#).

[Cartilha traz recomendações de segurança e saúde para trabalho em postes](#)

Fundacentro - 02/09/2026

Trabalhadores da indústria de telecomunicações e de setores que desenvolvem atividades em postes, como eletricitistas, eletrotécnicos, engenheiros e outros, estão expostos a diversos riscos, entre eles quedas e choque elétrico. Para complementar a capacitação desses profissionais, a cartilha [Trabalho em postes: segurança e saúde no trabalho](#) traz orientações para preservar a integridade física e mental.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Operação resgata 40 trabalhadores em três municípios do Piauí](#)

Ministério Público do Trabalho - 04/09/2026

Uma operação conjunta do Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo resgatou 40 trabalhadores submetidos a condições análogas às de escravidão nos municípios de Sussuapara, Floriano e Oeiras, no Piauí. A ação foi realizada entre os dias 24 de agosto e 2 de setembro pelo Ministério Público do Trabalho no Piauí (MPT-PI), Polícia Federal (PF), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Defensoria Pública da União (DPU).

[MPT reforça compromisso com a ressocialização pelo trabalho durante lançamento do Emprega Lab em Rondônia](#)

Ministério Público do Trabalho - 04/09/2026

O Ministério Público do Trabalho (MPT) na 14ª Região (Rondônia e Acre), representado pelo procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região, Lucas Barbosa Brum, participou do lançamento de importantes iniciativas voltadas à modernização e humanização do sistema prisional de Rondônia: a Central de Regulação de Vagas (CRV) e o Emprega Lab Rondônia. Os projetos integram as ações do Plano Pena Justa no estado e foram apresentados em solenidade realizada na quarta-feira (2), no Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO).

[Em audiência coletiva, MPT reforça importância do cumprimento da cota de aprendizagem](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/09/2026

Integrantes do Fórum Paraense da Aprendizagem Profissional (Fopap) e empresas participaram, nesta quinta-feira (3), de audiência coletiva promovida pelo Ministério Público

RADAR TRABALHISTA

do Trabalho no Pará e Amapá (MPT PA-AP). A reunião, realizada na sede da instituição em Belém, foi conduzida pela procuradora do Trabalho Rejane Alves, com participação da juíza do Trabalho Claudine Teixeira, representando a Comissão de Combate ao Trabalho infantil e de Estímulo à Aprendizagem do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8), e a auditora fiscal do Trabalho Deise Mácola, representando Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Pará (SRTE-PA).

[MPT defende maior transparência na aplicação de nexos epidemiológico em painel do TCU](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/09/2026

O Ministério Público do Trabalho (MPT) participou, nessa quarta-feira (2), do Painel de Especialistas da auditoria Acidente de Trajeto, promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no Instituto Serzedello Corrêa (ISC). O encontro reuniu especialistas das áreas trabalhista, previdenciária, jurídica e de saúde e segurança no trabalho, com o objetivo de avaliar o acesso à justiça para vítimas de doenças ou acidentes relacionados ao trabalho.

[Setembro Amarelo: MPT-SE destaca importância do autocuidado e saúde mental dentro e fora do trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 02/09/2026

Entre demandas e pausas: como estamos cuidando da nossa saúde mental? Com esse questionamento, o Ministério Público do Trabalho em Sergipe (MPT-SE) iniciou a campanha Setembro Amarelo 2026. Este ano, a iniciativa promove ações de autocuidado dentro e fora do ambiente de trabalho. “O Setembro Amarelo se preocupa com a sua saúde mental de forma ampla. É uma oportunidade de refletir sobre como você está tratando o seu corpo e, consequentemente, a sua mente. É um assunto que está na ordem do dia, porque o mundo digital nos engole e vivemos de respostas instantâneas a pequenos estímulos. Todos nós precisamos parar um pouco e por isso decidimos trazer esse incentivo para uma rotina menos conectada e mais feliz”, disse o procurador-chefe do MPT-SE, Márcio Amazonas.

RADAR TRABALHISTA

[Acordo de cooperação combate assédio eleitoral em Minas Gerais](#)

Ministério Público do Trabalho - 01/09/2026

Mais de duzentas e cinquenta denúncias de assédio eleitoral já foram feitas ao Ministério Público do Trabalho, em todo o país, este ano. A pouco mais de um mês das eleições, Minas Gerais é o terceiro estado com o maior número de queixas. Por isso, as instituições responsáveis pela defesa da democracia e dos direitos fundamentais uniram esforços para proteger a liberdade de escolha política de trabalhadoras e trabalhadores.

RADAR TRABALHISTA

Outras Notícias

[Capinador será indenizado por danos à saúde com calor e desidratação](#)

Consultor Jurídico - 05/09/2026

A 10ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) manteve a condenação de uma empresa do ramo de engenharia ambiental ao pagamento de indenização por danos morais a um trabalhador que exercia a função de capinador e que desenvolveu quadro de insuficiência renal aguda associado às condições de trabalho. De acordo com a decisão, ficou provado por perícia e testemunhas que o trabalhador realizava trabalho braçal a céu aberto, com exposição direta ao sol, acesso insuficiente à água potável e ausência de condições adequadas para alimentação, higiene e descanso.

[Inadequação de precedente previdenciário do STF na Justiça do Trabalho](#)

Consultor Jurídico - 05/09/2026

Há mais de dez anos, o Supremo Tribunal Federal julgou o Tema 555 de repercussão geral, que analisou a possibilidade de o uso de equipamento de proteção individual (EPI) descaracterizar o tempo de serviço especial para fins de aposentadoria. Na ocasião, o STF firmou tese em matéria previdenciária no sentido de que o direito à aposentadoria especial pressupõe a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo, de modo que, se o EPI for capaz de neutralizar a nocividade, não há respaldo à aposentadoria especial, ressalvada a hipótese de exposição a ruído acima dos limites legais de tolerância.

[Ao fixar critério para Justiça gratuita, STF restringe 'aventuras processuais'](#)

Consultor Jurídico - 04/09/2026

Os novos critérios estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal para a concessão do benefício da Justiça gratuita ajudam a evitar “aventuras processuais” e preservam os

RADAR TRABALHISTA

interesses de quem não tem recursos para arcar com as custas, de acordo com o entendimento de especialistas ouvidos pela revista eletrônica Consultor Jurídico.

[Convenções 156 e 190 da OIT e a proteção das mulheres no trabalho](#)

Consultor Jurídico - 04/09/2026

No último dia 1º de setembro, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, em votação simbólica, os projetos de decreto legislativo (PDLs) 996/26 e 997/26, que autorizam a ratificação das convenções nº 156 e 190 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Os projetos tiveram como relatora a deputada Benedita da Silva e seguem agora para análise do Senado.

[Câmara aprova criação de 12 varas do Trabalho no Rio de Janeiro](#)

Consultor Jurídico - 03/09/2026

A Câmara dos Deputados aprovou a criação de 12 varas da Justiça do Trabalho no estado do Rio de Janeiro. O Projeto de Lei 1400/2015, sob relatoria do deputado federal Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), prevê ainda a criação de 24 cargos de juiz do Trabalho e 156 de analista judiciário, entre outros. O próximo passo do projeto é a apreciação pelo Senado.

[Justiça comum deve julgar contrato de PJ antes de análise trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 03/09/2026

A validade de um contrato de prestação de serviços como PJ deve ser avaliada antes que se possa analisar o vínculo de emprego. A responsabilidade por julgar esse contrato civil é da Justiça comum, conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal. Com base nesse entendimento, o juiz Jean Marcel Mariano de Oliveira, da 45ª Vara do Trabalho de São Paulo, decidiu que a Justiça do Trabalho não tem o poder de julgar a ação de um profissional que acionou uma empresa de mobilidade e tecnologia.

RADAR TRABALHISTA

[Recusa de gestante a exame de readaptação afasta falta grave de empresa](#)

Consultor Jurídico - 31/08/2026

A recusa injustificada de empregada gestante em se submeter a exame médico ocupacional para readequação de suas funções afasta a alegação de falta grave do empregador. O comportamento contraditório viola a boa-fé objetiva e impede o reconhecimento da rescisão indireta. Com base nesse entendimento, o juiz Marcelo Carlos Ferreira, da Vara do Trabalho de Jundiaí (SP), vinculada ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, afastou a estabilidade provisória de uma repositora de mercadorias e declarou a extinção do vínculo contratual por abandono de emprego devido a faltas injustificadas da trabalhadora.

[Sem embriaguez, cerveja no almoço não justifica demissão por justa causa](#)

Consultor Jurídico - 31/08/2026

O consumo isolado de bebida alcoólica no ambiente de trabalho, sem prova de embriaguez, redução da capacidade laboral ou exposição a riscos, não apresenta gravidade suficiente para caracterizar justa causa. Essa punição deve observar a proporcionalidade e da gradação pedagógica das penas. Com base nesse entendimento, a 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) decidiu, por unanimidade, rejeitar o recurso de duas empresas e de seu sócio e manteve a reversão da justa causa de um vigia de um canteiro de obras que bebeu uma cerveja preta na conveniência de um posto de combustíveis em Goiânia.

[Periculosidade, exposição permanente e a Súmula Vinculante 10](#)

Consultor Jurídico - 31/08/2026

A 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, por maioria, na sessão virtual encerrada em 29 de maio de 2026, julgou procedente reclamação constitucional ajuizada por empresa

RADAR TRABALHISTA

do setor agroindustrial, com fundamento na Súmula Vinculante 10, e cassou acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região no ponto em que afastada a incidência dos artigos 193 e 840, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho. O acórdão da Reclamação 93.419, redigido pelo ministro Gilmar Mendes, foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico de 27 de agosto de 2026.

[Burger King indenizará trabalhadora orientada a emagrecer para caber em uniforme](#)

Migalhas - 03/09/2026

A 20ª turma do TRT da 2ª região manteve em R\$ 20 mil a indenização devida à trabalhadora do Burger King que sofreu piadas após remendar um uniforme que não servia e ouvir da gerente que deveria emagrecer para caber na peça. Para o colegiado, a situação configurou dano moral e também falta grave patronal suficiente para manter a rescisão indireta do contrato.

[CCJ do Senado aprova fim da escala 6x1 e redução da jornada semanal](#)

Migalhas - 02/09/2026

A CCJ do Senado aprovou, nesta quarta-feira, 2, a PEC 221/19, que prevê o fim da chamada escala 6x1 e reduz de 44 para 40 horas a jornada máxima semanal de trabalho. A proposta também estabelece dois dias de repouso remunerado por semana, sendo um deles preferencialmente aos domingos, sem redução salarial. Agora, o texto segue para votação no plenário da Casa.

[Empresa é condenada por deixar gestante sem funções e cortar comissões](#)

Migalhas - 02/09/2026

A juíza do Trabalho substituta Aline Soares Arcanjo, da 36ª vara do Trabalho de São Paulo/SP, condenou empresa a pagar à trabalhadora gestante as comissões suprimidas e a indenizá-la em R\$ 10 mil por danos morais.

RADAR TRABALHISTA

[CNJ cria sistema nacional para fiscalizar processos parados há mais de 120 dias](#)

Migalhas - 31/08/2026

A Corregedoria Nacional de Justiça instituiu uma política nacional para ampliar a fiscalização de processos que permanecem conclusos para decisão por mais de 120 dias. O Provimento 254/26 criou o Sinapjud - Sistema Nacional de Auditoria Permanente dos Processos Judiciais, plataforma que fará o acompanhamento automatizado da atividade jurisdicional em todo o país.

[TRT-3 anula sentença que impediu testemunhas de depor de dentro de carros](#)

Migalhas - 31/08/2026

A 8ª turma do TRT da 3ª região entendeu que testemunhas não podem ser impedidas de depor em audiência telepresencial apenas porque estão dentro de veículos estacionados em local público. Segundo o colegiado, as normas aplicáveis não estabelecem restrição quanto ao ambiente físico do depoimento e, no caso, impedir a produção da prova violou o contraditório e a ampla defesa, levando à anulação da sentença.

[Partes negam contratação e Justiça proíbe advogado de atuar em ações trabalhistas sem aval](#)

Migalhas - 31/08/2026

A Justiça do Trabalho determinou que um advogado e seu escritório se abstenham de representar trabalhadores em processos trabalhistas sem autorização prévia, após investigação apontar casos de pessoas que negaram ter contratado o profissional. A liminar, proferida pelo juiz do Trabalho Luiz Eduardo da Silva Paraguassu, da 8ª vara do Trabalho de Goiânia/GO, foi concedida após o magistrado considerar que o conjunto de provas indica um padrão reiterado de conduta incompatível com os deveres de lealdade, boa-fé e veracidade processuais.

RADAR TRABALHISTA

[PL do governo sobre o fim da 6x1 pode ser fatiado para atender demandas de categorias](#)

Jota - 03/09/2026

Além da possibilidade de a PEC que acaba com a jornada 6x1 (PEC 221/2019) ficar para depois das eleições, o projeto de lei do governo que trata do mesmo tema (PL 1.838/2026) também deve protagonizar embates nos bastidores da Câmara. De um lado, há quem defenda enterrar a proposta e remeter ajustes em carreiras específicas aos sindicatos; de outro, parlamentares querem levar o PL à votação por avaliarem que há potencial político na regulamentação.

[Paim faz apelo para que Senado vote redução da jornada de trabalho](#)

Senado Federal - 03/09/2026

Ao discursar em Plenário nesta quinta-feira (3), o senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a votação da proposta que reduz a jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas e extingue a escala 6x1, sem redução salarial (PEC 221/2019). Inicialmente, a votação estava prevista para ontem, mas acabou sendo adiada. — O trabalhador brasileiro espera por isso há 40 anos. A sociedade espera há 40 anos. Percebo que, em um horizonte próximo, esta Casa vai deliberar [votar] a matéria. É hora de o Plenário dizer: “Sim, é possível trabalhar menos, viver mais e produzir mais”. Este mesmo Senado, que já aprovou grandes temas para a história do país e para o povo brasileiro, não há de se negar, neste momento, a entrar para a história. Não vai haver omissão — afirmou.

[Convenção internacional sobre segurança e saúde no trabalho vai à promulgação](#)

Senado Federal - 03/09/2026

O Plenário do Senado aprovou, nesta quinta-feira (3), o texto da Convenção 187 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Marco Promocional para a Segurança e a Saúde no Trabalho (SST). A convenção estimula os países signatários a estruturarem políticas nacionais sobre o tema. Relatado pelo senador Esperidião Amin (PP-SC), o PDL

RADAR TRABALHISTA

720/2024 já havia sido aprovado na Comissão de Relações Exteriores (CRE) no último dia 11 de agosto. Agora, a matéria segue para promulgação.

[Conecta Saúde 2026 defende integração do cuidado para ampliar atenção à saúde do trabalhador](#)

Revista Proteção - 03/09/2026

A integração entre diferentes atendimentos, informações e serviços de saúde foi o foco da segunda edição do Conecta Saúde, realizada em 1º de setembro, em São Paulo. Promovido pelo Serviço Social da Indústria (SESI) e pelo Conselho Nacional do Sesi (CN-SESI), com apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o encontro reuniu mais de 500 participantes, entre lideranças empresariais, gestores públicos, representantes do setor de saúde e especialistas, segundo a Agência de Notícias da Indústria.

[NR 1: calculadora gratuita ajuda empresas a identificar falhas durante suspensão de multas](#)

Revista Proteção - 01/09/2026

A ferramenta avalia dez áreas consideradas críticas, incluindo gerenciamento de riscos psicossociais, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), ergonomia, treinamentos obrigatórios, documentação de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), investigação de acidentes, fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), controle de jornada, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA) e Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT).

[Fim da escala 6x1 avança no Senado e votação segue indefinida](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 04/09/2026

A aprovação da PEC 221/2019 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado abriu caminho para a próxima etapa da proposta que prevê o fim da escala 6x1 e a redução da jornada máxima semanal de 44 para 40 horas, sem redução salarial.

RADAR TRABALHISTA

Para ser aprovada, a proposta precisa ter 49 votos necessários no Plenário do Senado, em dois turnos, em uma votação que ainda não tem data definida.

[Setembro Amarelo: Seconci-DF promove acolhimento e cuidado com a saúde mental dos trabalhadores da construção](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 03/09/2026

Ao longo do mês, palestras e atividades nos canteiros de obras irão abordar a importância de cuidar da saúde emocional, reconhecer sinais de sofrimento e buscar ajuda. A expectativa é que sejam alcançados mais de 2,5 mil trabalhadores, em 30 canteiros e frentes de trabalho. “Quando uma pessoa está passando por uma situação difícil, muitas vezes ela não consegue perceber que precisa de ajuda ou não encontra forças para procurá-la. Ter alguém que escute, acolha e mostre que existe um caminho pode fazer toda a diferença”, afirma Roseane dos Santos, assistente social do Seconci-DF.

[CBIC promove Workshop de Negociações Coletivas na Construção Civil em novembro](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 02/09/2026

A preparação dos profissionais que atuam nas relações trabalhistas é fundamental para a condução de negociações coletivas cada vez mais qualificadas no setor da construção. Com esse objetivo, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio de sua Comissão de Políticas de Relações Trabalhistas (CPRT), realiza, nos dias 3 e 4 de novembro de 2026, em São Paulo, o Workshop de Negociações Coletivas na Construção Civil.

[CBIC divulga Radar Convenções Coletivas de julho](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 01/09/2026

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC) apresenta mais uma edição do RADAR CONVEN-

RADAR TRABALHISTA

ÇÕES COLETIVAS. O presente traz as informações das negociações concluídas no ano de 2026, até a data-base de julho de 2026, cujas convenções coletivas ou aditivos tenham sido registrados até 31 de julho de 2026.

[CNI: Brasil pode levar até 30 anos para compensar déficit de produtividade com jornada de 40 horas](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 31/08/2026

O Brasil pode levar de 17 a 30 anos para acumular o ganho de produtividade necessário para compensar uma eventual redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas, associada à alteração da escala 6x1. A estimativa faz parte do estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgado nesta segunda-feira (31), que analisa os possíveis efeitos da mudança na economia e simula os impactos sobre a produtividade, o emprego formal e a massa salarial.

[Posicionamento: Redução da jornada exige debate técnico, fora da agenda eleitoral](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 31/08/2026

A redução da jornada de trabalho, com mudanças na chamada escala 6x1, é uma medida estruturante que terá impactos decisivos sobre a economia brasileira agora e no futuro. Para o setor da construção, ainda que legítimo, esse debate exige tempo, uma ampla discussão com os diversos setores da economia, a análise de dados técnicos e de impacto da medida, com vistas à tomada das melhores decisões. Dada a sua importância, a aprovação da redução da jornada não cabe no calendário eleitoral.

RADAR TRABALHISTA

Atos Normativos

[PORTARIA SRTE-MT/MTE Nº 1.508, DE 20 DE AGOSTO DE 2026](#) (DOU de 31/08/2026 Seção I Pág. 152) - Torna sem efeito a Portaria SRTE-MT/MTE nº 1.435, de 04 de agosto de 2026, publicada no DOU de 13 de agosto de 2026, edição 152 Seção I página 69.

[RESOLUÇÃO CODEFAT/MTE Nº 1.042, DE 26 DE AGOSTO DE 2026](#) (DOU de 31/09/2026 Seção I Extra Pág. 04) - Altera a Resolução Codefat nº 890/2020 para aperfeiçoar as regras relativas à composição, quórum, competências, credenciamento e funcionamento dos Conselhos do Trabalho, Emprego e Renda - CTER;

[RESOLUÇÃO CODEFAT/MTE Nº 1.043, DE 26 DE AGOSTO DE 2026](#) (DOU de 31/08/2026 Seção I Extra Pág. 04) - Altera a Resolução Codefat/MTE nº 957, de 21 de setembro de 2022, que dispõe sobre normas relativas à concessão, processamento e pagamento do benefício do Programa do Seguro-Desemprego, para atualizar disposições relativas à quantidade de parcelas do benefício do trabalhador resgatado nos termos da Lei nº 15.455, de 1º de julho de 2026;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA SEQ/MTE Nº 8, DE 31 DE AGOSTO DE 2026](#) (DOU de 01/09/2026 Seção I Pág. 78) - Dispõe sobre a execução das ações de Qualificação Social e Profissional e de Capacitação e Treinamento Profissional no âmbito do Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional (PMQ) de que trata a Resolução CODEFAT nº 995, de 15 de fevereiro de 2024;

[PORTARIA SRTE-SP/MTE Nº 1.549, DE 27 DE AGOSTO DE 2026](#) (DOU de 02/09/2026 Seção I Pág. 76) - Institui o Fórum Estadual da Aprendizagem Profissional do Estado de São Paulo (FEAP/SP) e dispõe sobre sua organização e funcionamento;

[PORTARIA CONJUNTA MPS/MGI/CC Nº 34, DE 5 DE AGOSTO DE 2026](#) (DOU 02/09/2026 Seção I Extra Pág. 04) - Altera a Portaria Conjunta MPS/MGI/CC nº 20, de 22 de abril de 2025, que disciplina o Programa de Gerenciamento de Benefícios - PGB no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social e do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime

RADAR TRABALHISTA

Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social.

[LEI Nº 15.492, DE 2 DE SETEMBRO DE 2026](#) (DOU de 03/09/2026 Seção I Pág. 01) - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome de Tourette;

[PORTARIA SRTE-MT Nº 1.572, DE 2 DE SETEMBRO DE 2026](#) (DOU de 03/09/2026, Seção I Pág. 77) - Institui o Fórum Estadual da Aprendizagem Profissional do Estado de Mato Grosso (FEAP/MT);

[SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 170, DE 2 DE SETEMBRO DE 2026](#) (DOU de 04/09/2026 Seção I Pág. 153) - Retenção. Construção Civil. Base de Cálculo. Fornecimento de Materiais Previsto em Contrato. Ausência de Discriminação Contratual dos Valores. Equipamentos não manuais. Utilização Inerente à Execução dos Serviços. Parcelas Submetidas a Regimes Distintos no Mesmo Documento Fiscal. Piso Global;

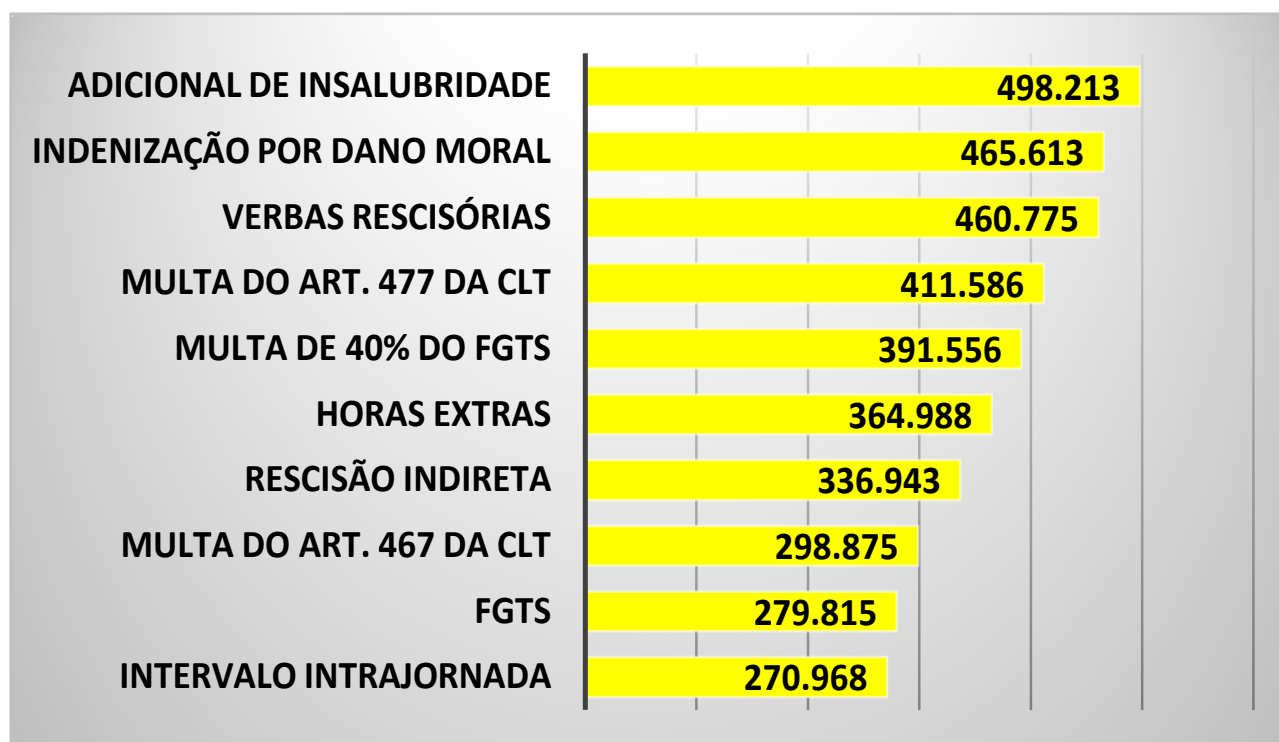
[SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 171, DE 2 DE SETEMBRO DE 2026](#) (DOU de 04/09/2026 Seção I Pág. 153) - Retenção. Cessão de Mão de Obra ou Empreitada. Contratação por Órgão Público. Data de Vencimento. Emissão da Nota Fiscal ou Fatura. Data da Liquidação;

[PORTARIA SRTE/RR/MTE Nº 1.463, DE 13 DE AGOSTO DE 2026](#) (DOU de 04/09/2026, Seção I Pág. 202) - Institui o Fórum Estadual da Aprendizagem Profissional do Estado de Roraima (FEAP/RR).

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos do TST

Os 10 (dez) itens no Ranking de Assuntos mais Recorrentes na Justiça do Trabalho até julho de 2026 (quantidade de processos):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

RADAR TRABALHISTA

Expediente

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)

Eduardo Aroeira Almeida

Presidente

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente Executivo

COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS (CPRT/CBIC)

David de Oliveira Fratel

Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT/CBIC

QUEIROZ NETO ADVOGADOS

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico